

## INSTRUMENTALIZAÇÃO DISCURSIVA DO VERBO 'MILITAR': UMA ANÁLISE NO DICIONÁRIO *AULETE DIGITAL*

Paula Ramos GHIRALDELLI  
*Universidade Federal do Tocantins*

Thiago Barbosa SOARES  
*Universidade Federal do Tocantins/CNPq*

**Resumo:** Este estudo se constitui de uma análise discursivamente das descrições do verbo 'militar', presentes em duas versões do dicionário Caldas Aulete (1980 e 2007), para que se possa verificar, por meio de mecanismos discursivos, os processos ideológicos presentes nas condições de produção desses dois objetos. Para a análise, utilizou-se ferramentas da Análise do Discurso Francesa – os conceitos de interdiscurso (Orlandi, 2009), Formação ideológica e Formação discursiva (Pêcheux, 2011). O estudo discursivo de dicionários contribui para a compreensão das estruturas ideológicas presentes nas condições de produção desses objetos, impressas por meio da materialidade da língua, de modo que se possa alcançar os sentidos que 'militar' (enquanto ação) alcançam institucionalmente. Pela análise observou-se que, em ambos os casos, os exemplos dispostos pelo interdiscurso revelam uma Formação ideológica pró-militar e conservadora; e se inserem em uma Formação discursiva institucional, marcada pela neutralidade intencional, concisão e didatismo às explicações, classificando o dicionário como o detentor dos dizeres em sua forma oficial. Diferenças entre os objetos também se tornam relevantes, pois delimitam o contexto histórico em que cada um desses instrumentos foi construído e a alteração de concepções políticas acerca da língua impressas por suas materialidades discursivas. Nessa perspectiva, destaca-se a mudança de ambientação dos exemplos, o que implica na alteração na concepção de língua e norma: no significado de 1980, essas noções atrelam-se à ideia língua originária; no de 2007, a norma linguística vincula-se à consolidação de valores institucionais e democráticos/ republicanos.

**Palavras-Chave:** Análise do Discurso Francesa; Instrumentos linguísticos; Dicionário; Militar.

### *DISCURSIVE INSTRUMENTALIZATION OF THE VERB 'MILITARY': AN ANALYSIS IN THE DICTIONARY *AULETE DIGITAL**

**Abstract:** *This study consists of a discursive analysis of the descriptions of the verb 'military', present in two versions of the Caldas Aulete dictionary (1980 and 2007), in order to verify, through discursive mechanisms, the ideological processes present in the conditions of production of these two objects. For the analysis, French Discourse Analysis tools were used – the concepts of Interdiscourse (Orlandi, 2009), Ideological formation and Discursive formation (Pêcheux, 2011). The discursive study of dictionaries*

*contributes to the understanding of the ideological structures present in the conditions of production of these objects, imprinted through the materiality of the language, so that one can reach the meanings that 'military' (as an action) reach institutionally. Through the analysis it was observed that, in both cases, the examples arranged by the interdiscourse reveal a pro-military and conservative ideological formation; and they are inserted in an institutional discursive Formation, marked by the intentional neutrality, conciseness and didacticism of the explanations, classifying the dictionary as the holder of the sayings in its official form. Differences between the objects also become relevant, as they delimit the historical context in which each of these instruments was constructed and the change in political conceptions about the language imprinted by their discursive materialities. In this perspective, the change in the setting of the examples stands out, which implies a change in the conception of language and norm: in the 1980's meaning, these notions are linked to the idea of the original language; in 2007, the linguistic standard is linked to the consolidation of institutional and democratic/republican values.*

**Keywords:** French Discourse Analysis; Linguistic instrument; Dictionary; Military.

## INSTRUMENTALIZACIÓN DISCURSIVA DEL VERBO 'MILITAR': UN ANÁLISIS EN EL DICCIONARIO AULETE DIGITAL

**Resumen:** *Este estudio consiste en un análisis discursivo de las descripciones del verbo 'militar', presente en dos versiones del diccionario Caldas Aulete (1980 y 2007), de modo que se pueda verificar, a través de mecanismos discursivos, los procesos ideológicos presentes en las condiciones de producción de estos dos objetos. Para el análisis se utilizaron herramientas de Análisis del Discurso Francés – los conceptos de interdiscurso (Orlandi, 2009), Formación ideológica y formación discursiva (Pêcheux, 2011). El estudio discursivo de los diccionarios contribuye a la comprensión de las estructuras ideológicas presentes en condiciones para la producción de estos objetos, impresas a través de la materialidad del lenguaje, para que puede lograr los significados que 'militar' (como acción) logra institucionalmente. A través del análisis se observó que, en ambos casos, los ejemplos ordenados por el interdiscurso revelan una Formación ideología pro-militar y conservadora; y forman parte de una formación discursiva institucional, marcada por la intencionada neutralidad, concisión y didáctica de las explicaciones, catalogando al diccionario como titular de los dichos en su forma oficial. Las diferencias entre los objetos también cobran relevancia, ya que delimitan el contexto histórico en el que se construyó cada uno de estos instrumentos y la alteración de concepciones políticas sobre el lenguaje impresas por sus materialidades discursivas. En esta perspectiva, se destaca el cambio en la ambientación de los ejemplos, lo que implica un cambio en la concepción de lenguaje y norma: en el sentido de 1980, estas nociones se vinculan a la idea de lengua original; en 2007, la norma lingüística está ligada a la consolidación de valores institucionales y democráticos/republicanos.*

**Palabras-clave:** Análisis del discurso francés; Instrumentos lingüísticos; Diccionario; Militar.

## 1. INTRODUÇÃO: O ESTUDO DE INSTRUMENTOS LINGUÍSTICOS ENQUANTO OBJETOS DISCURSIVOS

O presente estudo se debruça sobre as diferenças terminológicas contidas em dicionários brasileiros de tempos distintos, através da análise discursiva da segunda entrada para a palavra 'militar' (verbo) e seu significado, dispostos por duas versões do dicionário Caldas Aulete (1980 e 2007) – ambas inclusas no *Aulete Digital* (Lexicon, 2007). Objetiva-se, assim, verificar, por meio de mecanismos discursivos, os processos ideológicos presentes nas condições de produção desses dois objetos. Os dicionários são compreendidos dentro do conceito de instrumento linguístico – ferramentas cuja elaboração envolve uma técnica e que permitem a (e são permitidos pela) reflexão sobre a língua através de si mesma (Auroux, 1992) –, mas não só. Uma vez que são formulados em determinadas conjunturas históricas políticas e sociais – aspectos que determinam sua produção – são aqui pensados a partir da concepção de discurso, ou seja, tratados como objetos de caráter linguístico-histórico e ideológico”, indissociáveis dos efeitos políticos e sociais que produzem (Rodríguez-Alcalá, 2011).

No caso específico do tratamento discursivo dos dicionários enquanto ferramentas tecnológicas que proporcionam a reflexão acerca do uso da língua, Collinot e Mazière (1997) afirmam que a “palavra enquanto forma discursiva pertencente ao discurso do dicionário [...] [conduz] a uma interpretação historicizada das formas de significação [...] [que a coloca como] segmento de discurso” (Collinot; Mazière, 1997, p. 101). De modo geral, a estrutura dos dicionários atuais envolve um compêndio com o máximo de palavras (existentes em uma língua) e explicações construídas em um determinado tempo e lugar, com seus devidos exemplos de utilização. Parte, portanto, da nomenclatura existente na língua para estabelecer sua aplicação (a regra e os exemplos). Sobre tal estrutura, Arguelhes e Rosa (2018) apontam:

Ao reunir em suas páginas milhares de vocábulos, com a tarefa de apontar os principais significados de cada palavra, os dicionários influenciam e delimitam o uso das línguas. [...] Os dicionários refletem e, ao mesmo tempo, contribuem para moldar visões de mundo, valores e ideologias. Não é desprezível o papel que exercem na disseminação de normas e conceitos. Por conseguinte, nas disputas de poder [...].

[...]

Quem abre as páginas de um dicionário espera encontrar a maior objetividade possível. Isonomia e exatidão são características mais do que desejáveis. Eis o que faz dessas publicações espaço privilegiado para se analisar como a ideologia dominante alcança as estruturas mais profundas de representação do real (Arguelhes; Rosa, 2018, P. 2).

Considerando o caráter institucional e normativo dos dicionários, infere-se que as descrições neles contidas estão vinculadas aos discursos institucionais e sua compreensão sobre a língua, ou seja, estão diretamente ligados aos aspectos ideológicos dominantes. Atuam, portanto, Aparelhos Ideológicos do Estado (Althusser, 1980). Outra questão concernente ao funcionamento discursivo dos dicionários reside no fato que esses são publicados e republicados ao longo do tempo, buscando se adaptar às mudanças da língua e da sociedade. A cada publicação, as alterações nos verbetes, por mínimas que sejam, expressam as novas condições de produção (Pêcheux, 1993) nas quais esses objetos são discursivamente produzidos, através do entendimento que se tem acerca do vocabulário de uma língua – as percepções institucionais do que deve existir e se constitui como forma padrão de um idioma<sup>1</sup>. A justificativa desta investigação permeia, portanto, a relevância que esse tipo de estudo proporciona para a compreensão da ideologia institucional vigente em um determinado momento social.

O estudo de ferramentas linguísticas como o dicionário permite que sejam desveladas estruturas ideológicas impressas por meio da materialidade da língua, possibilitando a compreensão dos sentidos que ‘militar’ (enquanto ação) alcançam institucionalmente. Para a investigação aqui proposta, serão utilizadas as ferramentas da Análise do Discurso Francesa (AD) – especificamente: as noções de interdiscurso (Orlandi, 2009), de Formação ideológica e Formação discursiva (Pêcheux, 1993; 2011) – cujo emprego permite que sejam estabelecidas as condições de produção *corpus* e, dessa forma, os posicionamentos ideológicos vigentes no interior de seus processos discursivos. A próxima seção, de Aparato Teórico-metodológico, trará os devidos desmembramentos acerca dessas noções e, logo na sequência, será realizada a análise do *corpus*. Na seção de Considerações finais, será feito o cotejo, a comparação entre as condições de produção dessas descrições e a verificação das alterações sofridas pelas tecnologias de reflexão linguística.

---

<sup>1</sup> Uma discussão paralela a essa encontrada na construção da história das ideias linguísticas refere-se, guardadas as devidas diferenças conceituais, à diferenciação entre o “*dictum/modus*” elaborada Charles Bally (SOARES, 2020, p. 35).

## 2. APARATO TEÓRICO-METODOLÓGICO: AS FERRAMENTAS DA ANÁLISE DO DISCURSO

A Análise do Discurso (AD), é uma teoria voltada para a descrição e interpretação da atividade discursiva – ou seja, o discurso como “prática de linguagem” (Orlandi, 2009, p. 15). A fim de compreender tais processos, a AD mobiliza diferentes conceitos e categorias de análise. Além do conhecimento desses dispositivos de interpretação, é primordial, para a análise, a delimitação de um *corpus* que compreenda a constituição discursiva que possam demonstrar como o discurso atua na produção de significações (Orlandi, 2009). O objeto que aqui se pretende analisar, é constituído por duas descrições da palavra ‘militar’ inscritas, respectivamente na versão publicada em 1980 do dicionário Aulete, e na versão atualizada de 2007. Para o estudo das condições de produção dessas descrições, buscou-se algumas ferramentas estipuladas pela AD, sendo elas: o interdiscurso ou memória discursiva (Orlandi, 2009), Formação ideológica e Formação discursiva (Pêcheux, 1993; 2011).

O primeiro conceito a ser aqui especificado é o de interdiscurso. A AD considera que os enunciados possuem existência histórica, de modo a serem produzidos e reproduzidos a partir de lembranças, esquecimentos ou silenciamentos de discursos anteriores (Orlandi, 2009). Ao enunciar, o sujeito discursivo não cria, acessa redes de memória, e as atualiza em suas produções (Soares, 2018), de modo que discurso envolve uma relação entre o já dito e o que se está dizendo. Assim, toda a produção enunciativa se encontra no cruzamento entre dois eixos: o da memória e o da atualização do já-dito (Orlandi, 2009). O eixo da possibilidade do dizer é chamado de interdiscurso, e é horizontal, uma vez que se manifesta na linearidade do discurso; o eixo vertical, que atravessa o discurso, é o da formulação, da atualização do que está na memória, também chamado de intradiscurso, “isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas” (Orlandi, 2009, p. 33).

A existência desses eixos torna necessário distinguir os processos de esquecimento que ocorrem na produção discursiva. O esquecimento é involuntário e necessário à produção de sentido e compreende duas formas: o esquecimento de que o dizer poderia ser outro; e o esquecimento de que o sujeito que enuncia não é de fato a origem do sentido (Pêcheux, 2009). Dessa maneira, todo dito pode se realizar a partir de outras palavras (a formulação implica na escolha) e é, simultaneamente, afetado pela memória discursiva, numa reformulação de dizeres e sentidos anteriores (Orlandi, 2009). Nesse movimento, o sujeito formula e reformula o dizer, identificando-se com o

que está dizendo sem perceber que não está propriamente criando (Soares, 2018; Orlandi, 2009). Por isso, o esquecimento se relaciona à noção de assujeitamento segundo a qual todos os sujeitos reproduzem a ideologia dominante de modo inconsciente (Althusser, 1980).

No discurso não é diferente: os sujeitos, em suas práticas enunciativas estão presos inconscientemente a um complexo ideológico dominante (Pêcheux, 2009) reproduzido discursivamente por meio do esquecimento. Eis como o processo de assujeitamento é transportado para o discurso e relaciona-se à memória discursiva: é “no interdiscurso [que] reside o complexo ideológico dominante de cujo assujeitamento o sujeito sofre” (Pêcheux, 2009 *apud* Soares, 2018, p. 119). Diante do exposto, é possível dizer que os sujeitos discursivos se posicionam no interdiscurso através da manifestação discursiva da ideologia (Soares, 2018). O interdiscurso é, portanto, o lugar em que os diversos discursos (de diferentes momentos e lugares) se encontram por meio da ideologia (Orlandi, 2009). Sendo o local em que reside a ideologia, é no interdiscurso em que diversas Formações Ideológicas se manifestam, caracterizando uma Formação discursiva (Pêcheux, 2011).

Formação Ideológica e Formação discursiva (Pêcheux, 2011) são as duas próximas noções a serem tratadas, e que serão utilizadas para fins analíticos nesta pesquisa. A partir da influência do materialismo histórico-dialético, a AD promoveu a mudança de paradigma linguístico (de língua para discurso). Isso significa que o conceito de “língua como realidade autônoma [estruturalista] não desapareceu”, mas se ressignificou, partindo do princípio de que as “relações sociais [...] resultam de relações de classe características de uma dada formação social (por meio do modo de produção que a domina [...])” (Pêcheux, 2011, p. 72). Tendo em vista que nas formações sociais estão contidas as relações de classes entre dominantes e dominados, e que a ideologia (nos moldes do materialismo histórico-dialético) é um elemento que se materializa na linguagem, e, nesse direcionamento, discurso está inserido e é produzido pelos sujeitos a partir da ideologia, ligando-a ao inconsciente pela materialidade língua (Orlandi, 2009).

“Em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de Formações Ideológicas (referidas aos Aparelhos Ideológicos de Estado), intervindo na conjuntura ideológica de uma formação social” (Pêcheux, 2011, p. 72), e operando “como mecanismo discursivo de produzir sentido” (Soares, 2018, p. 111). “Cada formação ideológica constitui [...] um conjunto complexo que comporta atitudes e representações [...] [referentes] a ‘posições de classe’ em conflito umas com as outras” (Pêcheux, 2011, p. 73). No discurso, a Formação ideológica se manifesta por meio de

Formações discursivas, comportando-as. Dessa forma, o conceito de Formação discursiva é definido a partir da noção de Formação ideológica, como aquilo “que pode ser dito [sob um formato enunciativo] [...] a partir de uma dada posição em um dado lugar” (Pecheux, 2011, p. 73). Como “as palavras mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”, elas “mudam de sentido ao passar de uma FD para outra” (Pêcheux, 2011, p. 73).

A noção de Formação discursiva insere, de modo efetivo, a história e a ideologia no discurso, ao especificar que as circunstâncias das condições de produção do discurso e a troca de impressões projetivas entre os sujeitos discursivos ocorrem a partir de um conjunto de regras que delimita o dizer. Além disso, é correto afirmar que os sentidos que uma Formação discursiva permite gerar dependem do interdiscurso, já que é nele que a ideologia está posta, e é por ele que os sujeitos falantes constroem seus enunciados. As Formações discursivas regionalizam o interdiscurso, estabelecem recortes, de modo que os conceitos aqui explanados se encontram, na prática discursiva, vinculados, como será possível verificar, na próxima seção, na qual ocorrerá a análise discursiva da segunda entrada do termo ‘militar’ (a que se refere ao termo enquanto verbo), nas versões de 1980 e 2007 do dicionário Aulete, visando estabelecer as condições de produção em que esses objetos discursivos se dão. Logo na sequência, nas Considerações finais, será realizada a comparação entre esses aspectos.

### 3. O VERBO ‘MILITAR’ NO *AULETE DIGITAL*: ANÁLISE DA VERSÃO DE 1980

O *Aulete digital* (LEXICON, 2007) é constituído por dois dicionários integrados: a versão brasileira digital integral do Caldas Aulete, publicado em 1980 e; a versão de 2007. Para cada termo localizado pelo dicionário, é possível verificar, em uma aba, o significado atualizado e, em outra, o significado ‘original’. Segundo o *Aulete digital* (LEXICON, 2007), o significado para o verbo ‘militar’ em sua versão mais antiga (1980) é dessa precisa maneira descrito:

**Militar** <sup>2</sup> V. Intr. || Seguir A Profissão Das Armas, Servir No Exército. || Fazer Guerra, Combater: Era Este Inglês Potente E *Militara* Com Os Portugueses Já Contra Castela. (Camões.) || Pagnar, Lutar, Opor-Se: Quando Contra Os Nossos *Militavam* Todas As Circunstâncias Contrárias... (R. Da Silva.) || Estar Filiado Num Partido, Seguir E Defender As Ideias De Um Grupo Político; Professar Uma Doutrina Ou Seita: Era Aquele Que Mais Tarde Na Câmara Dos Pares, *Militando* Na Oposição, Se Penitenciava Num Discurso Memorável Por Ter Proposto

A Momentânea Ditadura. (Lat. Coelho.) F. Lat. *Militare* (Lexicon, 2007, [S.P], Grifos E Itálicos Do Autor).

Os aspectos morfológicos e sintáticos são os primeiros a se destacar, na apresentação. Tais características permitem que se observe questões relativas ao interdiscurso em que esse objeto se inscreve, uma vez que se remetem a uma classificação, um recorte linguístico e esses recortes são sempre feitos de acordo com aspectos históricos e ideológicos que permeiam sua ocorrência (Colombat; Fournier; Puech, 2017), ou seja, por si já demonstram o contexto ideológico residente no interdiscurso (Orlandi, 2009). Pela descrição, ‘militar’ é classificado enquanto verbo intransitivo, isto é, uma ação que não pede complemento (objeto). Os exemplos de uso que compõem o verbete em questão explicitam o interdiscurso: correspondem aos ditos anteriores em que ‘militar’ ocorre e permitem a reformulação a cada dizer (Orlandi, 2009). A reformulação do que está no interdiscurso é feita a partir da seleção de exemplos de uso, demonstrando (ou, proporcionando o efeito) que a descrição do dicionário não cria significados, mas se baseia na língua em circulação.

O anunciador (a ser entendido como um conjunto que envolve o autor em si, a editora que publica e os órgãos que avaliam e reconhecem esse dicionário) ‘retira’ a si próprio da autoria. Eis como o dicionário gera o efeito discursivo da neutralidade: baseando-se em enunciados dispostos socialmente, por meio do interdiscurso, e posicionando-se no papel discursivo de mero descritor da língua. Pelas vestes da neutralidade, através da qual o enunciador se exime, se exclui, o sentido promovido é de que a composição do dicionário é unicamente material, isento de ideologias e impressões individuais: é como se a língua fosse diretamente retirada da sociedade e automaticamente categorizada, no dicionário, e esse instrumento se torna uma espécie de materialização física da língua – uma entidade normativa que carrega em si todas as possibilidades lexicais. O efeito de neutralidade, portanto, confere autoridade e caracteriza o documento como relevante, uma listagem plausível de formas linguísticas, isento das individualidades e, por fim, um instrumento neutro e, por isso, didático.

Apesar disso, é importante frisar que não existe discurso neutro, já que que a ideologia permeia e língua, está nela impressa e é dada através dela (Orlandi, 2009). A neutralidade é, assim, um efeito disposto pelo próprio discurso (Orlandi, 2009), “envolvendo uma intenção do enunciador, dentro de um quadro de posicionamento ideológicos” (Ghiraldelli, 2022, p. 42). Para mostrar-se neutro e na posição de descritor, diante da diversidade de utilizações da língua, o enunciador opta por alguns significados



na composição do dicionário, promovendo um recorte que silencia sentidos outros, marginalizados pela seleção. O silêncio, de acordo com a perspectiva do discurso, constitui-se como um lugar de significação (Orlandi, 2007), e o silenciamento ocorre na medida em que “se diz x para não dizer y, este sendo o sentido a se excluir do dito [...]. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar” (Orlandi, 2007, p. 73). Essas escolhas e silenciamentos se devem, por um lado, porque que é impossível descrever todos os significados contidos em um único verbete.

Por outro lado, por serem efetuadas por indivíduos interpelados pela ideologia, constituindo-se em sujeitos (Orlandi, 2009), revelam os posicionamentos ideológicos aos quais esses indivíduos comungam. Não são, portanto, escolhas aleatórias, mas movidas pela Formação ideológica em que o enunciador emerge. É no interdiscurso que se observam as Formações ideológicas, no interior das quais estão as Formações discursivas (Pêcheux, 2011). Ao se concretizar discursivamente, por meio de descrições e exemplos, o dicionário se insere em uma prática social discursiva – uma Formação discursiva – decorrente de Formações Ideológicas (dispostas pelo interdiscurso) às quais ele se filia e que, no dicionário, irão revelar o seu caráter institucional e normativo. Para verificar como ocorre esse movimento e como essas expressões ideológicas se manifestam, é interessante investigar os exemplos mais a fundo, apontando como eles estão dispostos no interdiscurso e são atualizados, (Orlandi, 2009), inserindo-se em uma Formação discursiva institucional.

Basicamente, pela exposição do trecho citado, verifica-se que ‘militar’, enquanto verbo, apresenta um conjunto de ações que cerceiam a atividade social, caracterizando, inicialmente, uma profissão – a profissão das armas e da guerra, guerrear. Nessa perspectiva, o exemplo utilizado é um fragmento do clássico literário *Os Lusíadas* (Camões, [1572] 2012), texto produzido pelo Cãnone Luís de Camões, em 1572, e cujo contexto de produção emerge das Grandes Navegações – às quais a obra serve como grande elogio e heroicização dos portugueses mediante o cenário de descobertas. A exemplificação a partir de tal contexto conduz à antiguidade e glória da expressão ‘militar’, como algo presente na língua desde os tempos mais remotos, sendo, inclusive herança dos momentos gloriosos em que Portugal se configurava como uma potência enquanto país. O vocábulo ganha, então, caráter de ‘originário’ – espécie de saldo positivo da colonização –, tradicional, garantindo-se a autoridade e consagração da existência do termo.

Além disso, ao trazer um escritor português do sec. XIV para ilustrar a língua, o exemplo diz a respeito da autoridade de falar sobre a língua. A utilização do texto literário

português como exemplo fornece subsídio do que se pode considerar o ‘bom uso’ (correto, da perspectiva normativa) do termo. A concepção de que o português de Portugal representa a língua em sua origem e (portanto) exatidão está aí impressa. Reitera-se, desse modo, a existência do vocabulário, e a literatura (portuguesa) é colocada como um lugar em que a língua se dá de forma correta. Sobre isso, é relevante destacar o conceito de esquecimento (Pêcheux, 2009) dado pela teoria do discurso. Quando o dicionário estabelece como uso padrão a escrita de nomes da literatura, considera o português adequado apenas aquele utilizado por um extrato da sociedade – o letrado. Simultaneamente, retoma a concepção de que o português dos textos portugueses representa a essência e fidelidade da língua, o modo correto de se dizer as coisas.

Esquece, portanto, que o mesmo conteúdo poderia ser dito de outra forma (Pêcheux, 2009), como através da variante não padrão/oralizada da língua, pela literatura brasileira ou até mesmo pelo português de Portugal em sua atualidade. O exemplo promove um recorte normativo (associado à língua portuguesa de Portugal e simultaneamente suprime outras variantes da língua; também inscreve ‘militar’ enquanto profissão como fator tradicional da sociedade, consagrando-a e dispondo-a como elemento positivo e pertencente ao uso padrão idiomático (contido pelo dicionário). Para além de ato de guerra, o termo ‘militar’ enquanto verbo aborda duas outras proposituras de significações interligadas pelo aspecto ideológico: uma como forma de oposição, de se colocar contra (uma circunstância) e; outra, como forma de professar um posicionamento político e ideológico. A primeira delas refere-se às circunstâncias que se colocam contra outras; a segunda caracteriza o indivíduo que atua como militante – político ou, como está descrito, de uma seita.

No primeiro caso, as conjunturas militantes se opõem ao sujeito em primeira pessoa do plural – o ‘nós’ –, de maneira que o exemplo sugere a inclusão de enunciador e enunciatário. O efeito de sentido gerado é que os fatos militantes são contrários às crenças e ações dos sujeitos sociais, e buscam se contrapor ou até mesmo atrapalhar as ações desses sujeitos. Dessa forma, tudo o que milita pode ser visto como subversivo, opositor da ordem da qual o sujeito se insere. No segundo caso, os indivíduos militantes são literalmente descritos como opositores. O termo ‘câmara dos pares’ confere uma esfera política ao cenário proposto pelo exemplo, de modo que se pode pensar em oposição governamental. Nessas duas situações, sentido de ‘militar’ como verbo caracteriza uma ação contrária a ordem vigente que podendo ser movida, inclusive por forças e desejos ditatoriais (conforme o exemplo). Este sentido refere-se,

portanto, aopositor da ideologia vigente e, assim, negativo, de modo que 'militar' caracteriza uma ação contrária aos moldes sociais ideais expressos pelo dicionário.

Pelo exposto, é possível caracterizar a Formação discursiva em que o dicionário Aulete de 1980 se inscreve, dada a partir de uma formação ideológica exposta pelo interdiscurso. Nos exemplos, o verbo 'militar' só é tratado positivamente quando se refere às atividades de guerra, revelando um posicionamento que define uma Formação ideológica em que as ações militares são valores que devem pertencer à sociedade, enquanto os sentidos que abarcam 'oposição ideológica' são valores socialmente negativos, já no discurso militar "A ação do enunciador sobre o enunciatário torna-se super persuasiva, no sentido de estimular o abandono da formação social civil para servir no exército"<sup>2</sup> (Soares; Ghiraldelli, 2023, p. 24; trad. livre). Diferentemente, o dicionário, por meio de mecanismos de neutralidade se constitui como descritivo-normativo e como parte do discurso institucional, revelando o posicionamento ideológico das instituições brasileiras. Nessa mesma perspectiva, as descrições se apresentam, no dicionário, de forma concisa, revelando a busca pelo didatismo e neutralidade que, através dos processos de esquecimento e silenciamento mobilizados pelo discurso operam para delimitar o que pode ou não ser dito (Pêcheux, 2011) dentro da Formação Discursiva institucional.

A Formação discursiva institucional, à qual o texto se vincula, privilegia as formas utilizadas pelas elites e valoriza os aspectos relacionados ao exército e a guerra; além de ser marcada pela neutralidade intencional que promove a concisão e o didatismo da apresentação descritiva. O dicionário atua como descritivo, mas também normativo, na medida em que se configura como uma entidade linguística – que carrega a língua em seu aspecto institucional –, detentora dos dizeres em sua forma oficial. A Formação discursiva do dicionário, além de delimitar os dizeres nele contido, busca delimitar as formas consideradas como o bom uso da língua, promovendo um recorte que exclui as demais e as categoriza como não institucionais, não oficiais. Concluída essa parte da análise, será verificado, agora, como as ferramentas da AD podem oferecer a reflexão acerca dos aspectos ideológicos que circundam a descrição do verbo 'militar' na versão de 2007 do dicionário Aulete, disposta também no *Aulete Digital* (Lexicon, 2007). Sobre isso, o dicionário apresenta a seguinte exposição:

---

<sup>2</sup> No original: "La acción del enunciador sobre el enunciatario se vuelve súper persuasiva, en el sentido de incentivar el abandono de la formación social civil para servir en el ejército (SOARES; GHIRALDELLI, 2023, p. 24).

**militar<sup>2</sup> (mi.li.tar)**

v.

1. Guerrear ou lutar [tr. + com, contra, por: *Militar contra o invasor: Militar por uma causa*] [int.: *Eles militaram bravamente nas trincheiras*]

2. Seguir uma carreira, ou atuar (em partido, organização etc.) [ta.: *Militara no partido comunista: Milita na advocacia*]

3. Prevaler, vigorar [int.: *Ali ainda milita a lei do mais forte.*]

[F.: Do lat. *militare*. Hom./Par.: *militares* (2<sup>a</sup>p.s.), *militares* (a2g.sm. [pl.]); *milite* (1<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup>p.s.), *milites* (2<sup>a</sup>p.s.), *milite* (sm. [pl.]).

(Lexicon, 2007, [s.p], grifos, itálicos e sublinhados do autor)

Nesse grupo de significações, assim como no dicionário de 1980, os exemplos representam utilizações da língua sobre atividades sociais. Essas atividades estão divididas em três tipos: (1) relativa à embate, combate físico ou não; (2) referente à atuação em organização e; (3) no sentido de ‘prevaler’. Os exemplos, nesse caso, se destacam com relação às explicações, são eles os procedimentos discursivos que permitem o acesso à memória discursiva e à instância ideológica (que, na prática, são as Formações ideológicas). Em sua primeira descrição enquanto forma verbal, apesar de ‘militar’ englobar o combate (corporal ou argumentativo), os exemplos utilizados remetem à situação de guerra. O cenário da guerra é dado pelos termos ‘invasor’ e ‘trincheira’. Um exemplo trata de militância ideológica – “Militar por uma causa” (Lexicon, 2007, [s.p]) –, mas também pode ser entendido como uma situação de batalha física, já que qualquer instância de guerra envolve posicionamentos ideológicos em conflito (e que irão predominar por meio da vitória física).

Essas possibilidades se estabelecem pela ausência de maiores explicações acerca de cada exemplo, o que caracteriza discursivamente a concisão da descrição oferecida como parte da constituição do dicionário, e promove efeitos de sentido de didatismo e neutralidade. O significado número (2) apresenta o verbo ‘militar’ como atuação profissional, sendo seguir carreira ou atuar em partido/organização. Confere, ao sentido de militância ideológica, um caráter profissional e, portanto, relativo a uma posição social. Os exemplos aproximam ‘militar’ na advocacia e no partido comunista, o que se remete a momentos históricos da sociedade brasileira. A memória discursiva ativada volta-se às movimentações pró democracia no período da ditadura militar, em que o partido comunista e grupos de advogados se contrapunham ao governo. O que se verifica, com isso, é uma interpelação de sentidos para ‘militar’, sentidos esses que, em um determinado momento histórico se opunham: os militantes (comunistas e advogados, como no exemplo) se colocavam contra os militares (do governo).

Ainda sobre referências históricas resgatadas pelo interdiscurso, é possível fazer considerações sobre o significado de número (3). Nele, o verbo ganha sentido de prevalecer, e o exemplo a 'lei do mais forte' como o sujeito que vigora: "Ali ainda milita a lei do mais forte". O destaque, aqui, é a expressão 'ainda' que confere à 'lei do mais forte' o aspecto de fora de uso, algo antiquado ou atrasado, que deve ser abandonado. O interdiscurso ativado, nesse caso, para os aspectos legislativos e democráticos da sociedade atual brasileira, que se configura como uma democracia, e que deve buscar a igualdade (em oposição à prevalência do mais forte) – pelo menos em tese. Nessa perspectiva, a 'lei do mais forte', em uma república democrática (no caso, o Brasil), é algo que não deve prevalecer. O exemplo é tratado, portanto, como negativo. Pela exposição do dicionário, o verbo 'militar' pode ter efeitos sentido tão distintos que, colocados juntos em um dado momento, representam forças ideológicas contrárias, compondo um quadro histórico-político da sociedade brasileira.

Considerando que os exemplos do significado do verbo militar em (1) envolve exatamente os pertencentes às carreiras militares e que a memória discursiva em (2) é remetida ao período do governo militar no Brasil (especificamente, pelo exemplo que considera os opositores diretos do governo, o partido comunista), o efeito de sentido gerado é o da oposição ideológica, dado por tais sentidos que se colocam como valores historicamente opostos. Quando se associa os exemplos (1) (2) ao (3), contidos no Aulete de 2007, constrói-se um quadro histórico social e ideológico brasileiro, que remonta a uma linha do tempo: em (1) verbo 'militar' caracterizando a ação de pessoas que fazem parte das Forças Armadas; em (2), a ação de pessoas e movimentos contra um governo militar e, em (3), a reafirmação da democracia. Não se vê tal contraposição nos exemplos de 1980, de modo que tal diferença, não significa que o dicionário de 1980 é mais ideológico no sentido pró militar e que, portanto, o dicionário de 2007 seja mais democrático ou até mesmo mais neutro.

De modo nenhuma é possível considerá-lo neutro ou imparcial já que a ideologia é constituinte do discurso (Orlandi, 2009), mas que o efeito de neutralidade do dicionário de 2007 ocorre de modo mais eficaz, uma vez que seus mecanismos discursivos mascaram um pouco mais o teor ideológico. No limite, o que ocorre é que o imaginário de uma sociedade atravessado por um governo militar e, posteriormente, pelo fortalecimento da democracia tenha sido consolidado com o tempo, ao ponto de que, em 2007, esses momentos estejam cristalizados enquanto histórico, passando a constar no dicionário. Através do acesso ao interdiscurso, com exemplos de uso da língua que se relacionem à história do país, o Aulete de 2007 busca reafirmar seu caráter neutro.

Entretanto, mesmo consagrando discursivamente tais eventos históricos – o que pode ser considerado um aspecto progressista –, o dicionário de 2007 ainda se filia, discursivamente, as concepções ideológicas conservadoras e normativas. Para tal conclusão, basta verificar a ausência de maiores explicações sobre os exemplos.

Os recortes concisos de uso da língua suprimem a crítica, silencia concepções que podem ser vistas como mentirosas ou equivocadas (ou inconvenientes de serem levantadas) por um grupo de enunciatários. O objetivo é de atender a todos, conservadores e progressistas promovendo, numa espécie de movimento inclusivo, neutro e democrático da língua. Nesse movimento, a língua que se estabelece no dicionário se torna um lugar comum a todos os cidadãos, compreendendo todo tipo de enunciatário e se caracterizando como um estatuto da igualdade e, portanto, da verdade. Por mais que o dicionário busque se manter conciso e neutro, *o corpus* de exemplo se refere a uma memória discursiva, que é onde a ideologia se manifesta. O fato de as descrições permearem a impressão de neutralidade também pode ser visto como um aspecto conservador: uma descrição, enquanto discurso, jamais é neutra e a ausência de crítica ou contraposição a certos aspectos, opera em prol de privilegiar o conservadorismo enquanto conservação de ideias.

O dicionário, enquanto tecnologia da linguagem, recorta e coloca a língua a serviço de concepções ideológicas, dentro de normas que determinam o dito. A Formação discursiva do dicionário Aulete de 2007 se constitui como a manifestação discursiva de uma Formação ideológica conservadora, caracterizando-se como a forma institucional, oficial da língua, e trazendo em si a ideologia das instituições. Nessa perspectiva, o que está compreendido por essa Formação discursiva é a valorização das formas positivas acerca do que é qualificado como militar e das atividades militares, além da omissão de sentidos verbais críticos à prática militante contrária às instituições. A valorização democrática também ocorre, pelo interdiscurso, estabelecendo-se como um valor institucional. A omissão de sentidos ditatoriais e antidemocráticos para ‘militar’, nessa Formação discursiva também se faz presente, de modo que é colocada como um aspecto da institucionalidade da língua.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise discursiva do verbo ‘militar’ nas versões de 1980 e 2007 do dicionário Aulete, ambas contidas no Aulete Digital (Lexicon, 2007) proporciona algumas reflexões a respeito de como essas descrições trazem aspectos ideológicos (apresentadas,

principalmente, pelo *corpus* de exemplo) imbuídos no discurso de instrumentos linguísticos. Os dicionários analisados apresentam diversas semelhanças nesses quesitos. Pela análise dos recortes linguísticos feitos a partir de classificações morfológicas e sintática (que constituem o *corpus* de exemplo e delimitam o interdiscurso), constatou-se que enquanto verbo, a palavra em questão só é tratada positivamente quando se refere às atividades de guerra, e os sentidos que abarcam ‘oposição ideológica’ são dados como valores socialmente negativos. Nessa perspectiva, verifica-se a omissão de (que silencia) sentidos verbais críticos à prática militante contrária às instituições, por meio da concisão que gera efeito de neutralidade intencional.

Assim, ambos os textos se constituem como a manifestação discursiva de uma Formação ideológica que privilegia as formas positivas acerca do que é qualificado como militar e das atividades militares. Em sua produção, a memória discursiva é atualizada, e por meio de mecanismos de silenciamento e omissão, o dicionário se caracteriza como a forma institucional, oficial da língua, e trazendo em si a ideologia das instituições. De tal forma, todos os aspectos trazidos acerca do interdiscurso, ao serem dicionarizados, ao mesmo tempo que revelam posicionamentos ideológicos, cristalizam-se como valor institucional. Considerando que esses valores se dão em prol da conservação da instituição militar (a valorização das práticas de guerra e o silenciamento dos entremeios das práticas de oposição, por meio da concisão explicativa), é possível classificar a Formação ideológica como conservadora, ou seja, ocorre em oposição às manifestações discursivas progressistas – ou, pelo menos, revolucionárias ou rebeldes dos valores institucionais.

Além disso, a partir da verificação das Formação ideológica em que esses significados se filiam, é possível delimitar a Formação discursivas em que os dicionários se inserem. A Formação discursiva que os dicionários analisados compartilham, é marcada pela neutralidade intencional que promove a concisão e o didatismo da apresentação descritiva e permite que o dicionário possa atuar como descritivo e normativo, colocando-se como o detentor dos dizeres em sua forma oficial. Pode ser classificada, portanto, como uma Formação discursiva institucional. Apesar de todas essas semelhanças, os dicionários apresentam algumas diferenças quanto ao teor dos exemplos, e que podem fornecer subsídio para que se estabeleça a comparações que muito dizem sobre a mudança (ou continuidade) de perspectiva sobre língua abarcada por instrumentos (como o dicionário) que se colocam na posição de entidade linguística oficial. Essas diferenças permitem, inclusive que o teor desses instrumentos se

classifique como mais (ou menos) expressivamente (ou escancaradamente) ideológicos.

Comparando tais verbetes, verifica-se que, no Aulete de 1980 ocorre o privilégio às formas linguísticas elitizadas (coloniais e da camada social letrada), com a presença de exemplos retirados de uma obra da literatura portuguesa. Tal tipo de exemplo não ocorre na versão de 2007, e a principal diferença ocorre pela presença das Forças Armadas enquanto instituição, conferindo à versão de 2007 o efeito de um caráter mais técnico, menos romantizado (pela supressão de exemplos literários), intensificando o aspecto da neutralidade. Isso não significa que o segundo dicionário tratado é menos ideológico – a ideologia é inerente ao processo de produção discursiva –, mas que são utilizados mecanismos discursivos (como a atualização da expressão ‘Forças Armadas’ na memória, a inserção dos exemplos em um espaço discursivo da democracia) que tornam os mecanismos de silenciamento mais fortes e o detalhamento dos valores positivos é maior. Aliás, a presença da esfera democrática nos exemplos de 2007 é um fator muito marcante para a caracterização do contexto histórico desse objeto.

Ela se opõe à ambientação relativa às Grandes Navegações, no exemplo do Aulete de 1980, que pode ser atribuída não por ter sido produzido nesse contexto (até porque o dicionário foi publicado em 1980), mas por significar um momento político e social em que os valores democráticos e republicanos ainda estavam sendo restaurados no país (1980 foi a década de reabertura política no Brasil) e, portanto, não haviam sido consagrados, incorporados ao discurso institucional. Já em 2007, a restauração democrática já havia ocorrido, e esses valores são apresentados pelo discurso dicionário enquanto instrumento institucional. Ademais, a forma discursiva encontrada para a valorização democrática ocorre pelas vias da concisão que promove, sob o invólucro da neutralidade, a omissão de detalhes antidemocráticos acerca dos valores militares. Tal detalhamento poderia ter ocorrido (afinal, ele aparece, de certa forma, quando se trata dos valores positivos), mas convenientemente, é suprimido. A neutralidade intencional torna-se, assim, parte da estruturação da formação discursiva do dicionário.

A mudança de ambientação nos exemplos do dicionário, relacionada às transformações políticas, também implica em uma alteração na concepção de língua e norma. Enquanto no significado expresso em 1980, a língua e a norma estão atreladas à uma noção de língua originária (aquela falada pelas elites portuguesas), no significado de 2007, a norma linguística se relaciona com a consolidação de valores institucionais, republicanos e democráticos, e compreende as formas que manifestem esses aspectos.



Mesmo apresentando diferenças significativas que expressam o contexto histórico em que cada um desses instrumentos foi construído e a alteração de concepções políticas acerca da língua impressas pelas materialidades discursivas dos dicionários, a Formação Ideológica que possibilita a Formação Discursiva de ambos objetos do *corpus* permeia o conservadorismo e a valorização militar enquanto valor institucional, demonstrando que a concepção de língua promovida por ferramentas linguísticas que corroboram a perspectiva do Estado (como o dicionário) ainda está atrelada a valores muito similares, em que o militarismo ainda é uma tônica.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

ARGUELHES, Delmo de Oliveira; ROSA, Demétrio Pires Weber Candiota da. A ideologia nos dicionários: uma análise dos verbetes *capitalismo* e *comunismo*. **Hegemonia**, Brasília, n. 24, p. 24-43, jul./dez. 2018. Disponível em: <[http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/revista\\_hegemonia\\_24/Delmo%20Arguelhes%20e%20Dem%C3%A9rio%20Weber%20\(3\).pdf](http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/revista_hegemonia_24/Delmo%20Arguelhes%20e%20Dem%C3%A9rio%20Weber%20(3).pdf)>. Acesso em: 06 dez. 2022.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

CAMÕES, Luís [1572]. **Os Lusíadas**. 3ª ed. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda, 2012.

COLOMBAT, Bernard.; FOURNIER, Jean-Marie.; PUECH, Christian. **Uma história das ideias linguísticas**. Trad. Jacqueline León, Marli Quadros Leite. São Paulo: Contexto, 2017.

COLLINOT, André.; MAZIÈRE, Francine. **Un prêt à parler: le dictionnaire**. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

GHIRALDELLI, Paula Ramos. **Discurso militar: uma análise de propagandas do serviço militar Brasileiro e Russo na atualidade**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) –, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2022. Disponível em: <https://umbu.uft.edu.br/handle/11612/4449>. Acesso em: 08 dez. 2022.

LEXICON Editora Digital. **Aulete Digital** [website], 2007. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

MOTA, Nahendi Almeida; CERQUEIRA, Ingrid Bomfim; DE AZEVEDO, Isabel Cristina Michelin. Gramatização do português brasileiro nos séculos XIX e XX e início do século XXI. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 552-567, ago./dez. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11982>>. Acesso em: 08 dez. 2022.

NUNES, Jose Horta. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas. **Letras**, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 107–124, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/886>>. Acesso em: 08 dez. 2022.

ORLANDI, Eni Pucinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Pucinelli. **Análise de Discurso**: princípios & procedimentos. 8ª ed. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, François; HAK, Tony (Orgs). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5ª ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1993. p. 59-158.

PÊCHEUX, Michel. Língua, Linguagens e Discurso. In: PIOVEZANI, Carlos.; SARGENTINI, Vanice. (Orgs.). **Legados de Michel Pêcheux**: Inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2011. p. 63-75.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4ª ed. Trad. Eni Puccinelli Orlandi *et al.* Campinas: Ed. Unicamp, 2009.

RODRIGUEZ-ALCALÁ, Carolina. Escrita e gramática como tecnologias urbanas: A cidade na história das línguas e das ideias linguísticas. **Cad. Est. Ling.**, Campinas, v. 53, n. 2, p. 197-217, jul./dez. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636988>>. Acesso em: 08 dez. 2022.

SOARES, Thiago Barbosa. **Percursos linguísticos**: conceitos, críticas e apontamentos. Campinas: Pontes, 2018.

SOARES, Thiago Barbosa. **Concisa apresentação da Linguística**: um panorama da gramática comparada à pragmática. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020.

SOARES, Thiago Barbosa; GHIRALDELLI, Paula Ramos. El discurso militar: un análisis del ethos y la escena de enunciación en la propaganda militar rusa (2021). **Signótica**, v.34, e74326, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sig/article/view/74326>. Acesso em 17 jul. 2023.

### *Paula Ramos GHIRALDELLI*

Mestranda em Letras na Universidade Federal do Tocantins, com ênfase em Estudos Linguísticos; linha de pesquisa Texto, Discurso e História. Pesquisadora na área de Análise do Discurso. Graduada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas pela Universidade Federal do Tocantins (2020-2022). Durante a graduação foi bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

(Capes). É integrante do Grupo de Estudo de Análise do Discurso (GEsTADI), da Universidade Federal do Tocantins.

### *Thiago Barbosa SOARES*

Possui graduação em Letras, português/inglês, pela Universidade do Vale do Sapucaí (2009), em Psicologia pela Universidade Paulista (2014) e em Filosofia pela Universidade de Franca (2014), especialização em Estudos Literários pela Faculdade Comunitária de Campinas (2013), mestrado em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (2015) e doutorado em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (2018). É líder do Grupo de Estudo de Análise do Discurso (GEsTADI - UFT) e membro pesquisador do Grupo de Estudos em Análise do discurso e História das ideias linguísticas (VOX - UFSCar). É bolsista de produtividade do CNPq (PQ-2), com experiência de pesquisa na área de Linguística, com ênfase em Análise do Discurso.

*Recebido em 11/ abril/2023.*

*Aceito em 24/julho/2023.*